

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/347535686>

Sociedades de Garantia de Crédito do Paraná –breve descrição e análise de atividades em 2018 Credit Guarantee Societies of Paraná: short description and analysis of activities in 2...

Article · July 2019

CITATION

1

READS

27

3 authors, including:



[Christian Frederico da Cunha Bundt](#)

Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba

9 PUBLICATIONS 1 CITATION

SEE PROFILE

Sociedades de Garantia de Crédito do Paraná - breve descrição e análise de atividades em 2018**Credit Guarantee Societies of Paraná: short description and analysis of activities in 2018**

Recebimento dos originais: 13/06/2019

Aceitação para publicação: 02/07/2019

Christian Frederico da Cunha Bundt

Administrador, Mestre em Administração (UFSC), aluno do Programa de Pós-Graduação (doutorado) em Tecnologia e Sociedade da UTFPR

Membro da equipe de pesquisa do Projeto CNPq 403231/2018-3 - Cooperativas de crédito: estudo de caso das Sociedades Garantidoras de Crédito no Estado do Paraná

Bolsista CNPq

Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba - PR

bundt@bundt.com.br

Jefferson Marcondes Ferreira

Economista, Especialista em Controladoria Estratégica (UP)

Membro da equipe de pesquisa do Projeto CNPq 403231/2018-3 - Cooperativas de crédito: estudo de caso das Sociedades Garantidoras de Crédito no Estado do Paraná

Instituição: Faculdade ISAE BRASIL

Endereço: Av. Visc. de Guarapuava, 2943 - Centro, Curitiba - PR

marcondesferr@yahoo.com.br

Sônia Aparecida Guetten Ribaski

Administradora, Tecnóloga em Cooperativismo, Especialista em Cooperativismo (UNISINOS) Especialista em Desenvolvimento de Cooperativas Agropecuárias (HISTADRUT/Israel), Mestre em Educação (PUCPR), Doutora em Engenharia Florestal (UFPR)

Membro da equipe de pesquisa do Projeto CNPq 403231/2018-3 - Cooperativas de crédito: estudo de caso das Sociedades Garantidoras de Crédito no Estado do Paraná

Instituição: Faculdade ISAE BRASIL

Endereço: Av. Visc. de Guarapuava, 2943 - Centro, Curitiba - PR

guetten@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo discorre sobre os temas garantia de crédito para as micro e pequenas empresas, que são a maioria das empresas brasileiras e responsáveis por mais da metade dos empregos formais do país. O objetivo geral do estudo é apresentar aspectos das Sociedades de Garantia de Crédito (SGC) paranaenses. Já os específicos são caracterizar as tipologias societárias das SGC paranaenses e sua abrangência geográfica; e classificar as SGC paranaenses de acordo com o valor do fundo de risco livre, valor médio das operações garantidas e número de operações em 2018. Foi apresentada a abrangência das SGC e encontrada a garantidora pioneira na atividade no estado do Paraná, que ainda se destaca pela quantidade cartas de garantia emitidas e pelo maior fundo de risco livre. A discussão ainda suscita a continuidade do estudo abrangendo outros fatores de análise, inclusive os ligados à sustentabilidade.

Palavras-chave: Crédito. Desempenho. Paraná. Sociedade Garantidora de Crédito. Micro e pequena empresa.

ABSTRACT

This article discusses the issues of credit guarantee for micro and small companies, which are the majority of Brazilian companies and responsible for more than half of the formal jobs in the country. The general objective of the study is to present aspects of Credit Guarantee Societies (CGS) from Paraná. The specifics, on the other hand, are to characterize the corporate typologies of the CGS in Paraná and their geographical scope; and classify the Paraná's CGS according to the value of the risk free fund, the average value of the guaranteed operations and the number of operations in 2018. The scope of the CGS was presented and the pioneer guarantor in the activity in the state of Paraná was found, which still stands out the number of guarantees issued and the largest risk free fund. The discussion still raises the continuity of the study, covering other factors of analysis, including those related to sustainability.

Keywords: Credit. Credit Guarantee Society. Paraná. Performance. Small and micro-enterprises.

1 INTRODUÇÃO

The trillion dollar gap é como o Banco Mundial chama o desafio de crédito para os pequenos negócios: no mundo, quase 70% dessas empresas não tem acesso a crédito ou não o tem com qualidade (BANCO MUNDIAL, 2016). No Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é o principal incentivador dos pequenos negócios e aponta na mesma direção, colocando o acesso ao crédito como um dos principais desafios do ambiente de negócios, a

serem enfrentados em conjunto por diversos entes públicos e privados (FELTRIN; FERREIRA, 2013).

Neste ambiente de negócios estão as Sociedades Garantidoras de Crédito (SGC). No Brasil, elas são entidades privadas de fins não econômicos e trabalham direcionadas para as micro e pequenas empresas, conforme aponta o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2018). Elas são constituídas por associados e patrocinadas por stakeholders de diversos segmentos públicos e privados, ligados à concessão de crédito e ao desenvolvimento empresarial e regional, conforme aponta Santos (2006). Quando partícipes de um contrato de financiamento como colateral principal, as SGC honram o financiamento de seu associado em caso de inadimplência deste, seja por falta de pagamento, falência ou liquidação, atuando como mecanismo protetivo para tomadores e concedentes de crédito (NITSCH; KRAMER, 2013). Este organismo proporciona maior estabilidade e segurança ao Sistema Financeiro Nacional (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019), criando condições para melhorar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros.

Cavinato (2014) conta que o modelo de SGC foi introduzido no Brasil por iniciativa de empresários da cidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), após uma visita técnica à região de Vêneto, na Itália. A primeira SGC é a Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha – Garantiserra. Ela surgiu como um projeto piloto em 2003 e teve o apoio técnico, financeiro e institucional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Sebrae Nacional, do Sebrae Rio Grande do Sul, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, das Prefeituras da região da serra gaúcha, além de associações comerciais (ACES), sindicatos e várias outras entidades representativas de classe da região.

Em 2018, existiam 12 SGC em funcionamento no Brasil, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2018). O arcabouço legal começou a ser construído pela primeira vez na Lei Federal 9.317/1996 (revogada), depois na Lei Federal 9.841/1999 (revogada) e, por último, na Lei Federal 123/2006 (vigente), que recém sofreu alteração pela Lei complementar 169, de 02 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019). Apesar da recente legislação, as SGC ainda carecem de maior regulamentação por parte do governo e seus órgãos, que no futuro devem anunciar legislação mais profunda sobre o tema.

Cavinato (2014) afirma que as SGC, e até mesmo as cooperativas de crédito (CC), são instrumentos financeiros recentes no Brasil e sua maturidade e contribuição local ainda estão aquém de suas capacidades, já demonstradas noutros países há tempos.

No âmbito das cooperativas brasileiras, a história data do final do século XIX (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2018), em Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto, em 1889. Outra iniciativa de cooperação antigas do Brasil e ainda em funcionamento é a Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, hoje chamada Cooperativa Sicredi Pioneira. Foi fundada em 1902, por um imigrante suíço, o padre jesuíta Theodor Amst (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2018). No início dos anos 1900, surgiram mais cooperativas agropecuárias, idealizadas por produtores rurais e imigrantes, especialmente os alemães e italianos. Na bagagem cultural, trouxeram o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018) destaca que a cultura da cooperação, no Brasil, é observada desde os primórdios da colonização portuguesa, na catequização dos índios e na reorganização das atividades produtivas.

Decorridos mais de um século do gene brasileiro do cooperativismo de crédito, o panorama e o arcabouço legal estão bem desenvolvidos e implementados. A legislação, lastreada pela Lei 5.764/71 e derivados, reconheceu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como representante legal do setor em todo o Brasil. Apesar das atividades afins, as cooperativas de crédito brasileiras por raras vezes prestam serviços de garantia, seja para financiamentos no Brasil ou para atividades de comércio exterior.

Visto o panorama inicial da pesquisa, resta declarar que os objetivos deste artigo:

1) Geral: apresentar aspectos gerais das SGC paranaenses.

2) Específicos: caracterizar as tipologias societárias das SGC paranaenses e sua abrangência geográfica; e classificar as SGC paranaenses de acordo com o valor do fundo de risco livre, valor médio das operações garantidas e número de operações em 2018.

Entendendo que as SGC brasileiras (inclusive as paranaenses) foram objeto de poucos estudos (até pela pouca idade), é bastante importante que se criem mecanismos de observação e comparação das atividades, para que se possa compreender seu funcionamento e efeitos sociais gerados, sempre com olhar construtivo. Isso deve permitir a criação de uma base de informações e até mesmo um método de coletá-las e estruturá-las para o conjunto das SGC brasileiras, podendo até tomar inspiração em metodologias internacionais, o que pode permitir comparações das atividades de garantia de crédito brasileira e estrangeira.

Para alcançar o alvo do estudo, na segunda parte são apresentadas as SGC paranaenses e sua área de abrangência, bem como suas tipologias societárias. Na terceira parte estão mais

descritivamente apresentadas algumas características das operações das SGC em 2018. Por fim estão as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo são apresentadas as SGC paranaenses, seus tipos societários e características de suas operações.

2.1 AS SGC NO PARANÁ

O Sebrae, em 2008, foi responsável pelo aporte inicial nos fundos de risco local (FRL) das SGC, por meio de chamada pública para apoio a projetos desta natureza, no valor de R\$30 milhões (CASTRO, 2014). Ou seja, foi o Sebrae quem destinou o capital inicial da maioria das SGC brasileiras, com intuito de ampliar o sistema de garantia de crédito no país, apoiando instituições semelhantes à Garantiserra. Estava lançado o embrião das SGC no Brasil, com a digital do Sebrae¹.

O Paraná, apesar de não ser pioneiro na iniciativa das garantidoras, é o estado com maior número dessas organizações no Brasil. Das 12 em funcionamento, em 2018, seis estão no Paraná, as quais seguem listadas no quadro 1.

Quadro 1 – Garantidoras de Crédito no Paraná, respectivas cidades, ano de fundação e ano de emissão da primeira carta de garantia.

SGC	CIDADE PARANAENSE	ANO DE FUNDAÇÃO	ANO DA PRIMEIRA CARTA
Centro Sul	Guarapuava	2014	Não informado
GarantiNorte	Londrina	2014	2014
GarantiOeste	Toledo	2009	2011
GarantiSudoeste	Francisco Beltrão	2011	2011
GarantiSul	Curitiba	2015	2016
Noroeste Garantias	Maringá	2011	2011

Fonte: Sociedade Garantidora de Crédito Central (2019 - 2020).

¹ Flávio Locatelli Junior, coordenador estadual de Acesso a Serviços Financeiros do Sebrae Paraná deu entrevista para este trabalho, quando falou do trabalho do Sebrae na área de garantia de crédito e o panorama das garantidoras no Paraná; também tiveram muita valia os documentos apresentados pela Sociedade Garantidora de Crédito Central, uma espécie de segundo piso ou associação para contra garantia, criada em 2018 pelas garantidoras brasileiras.

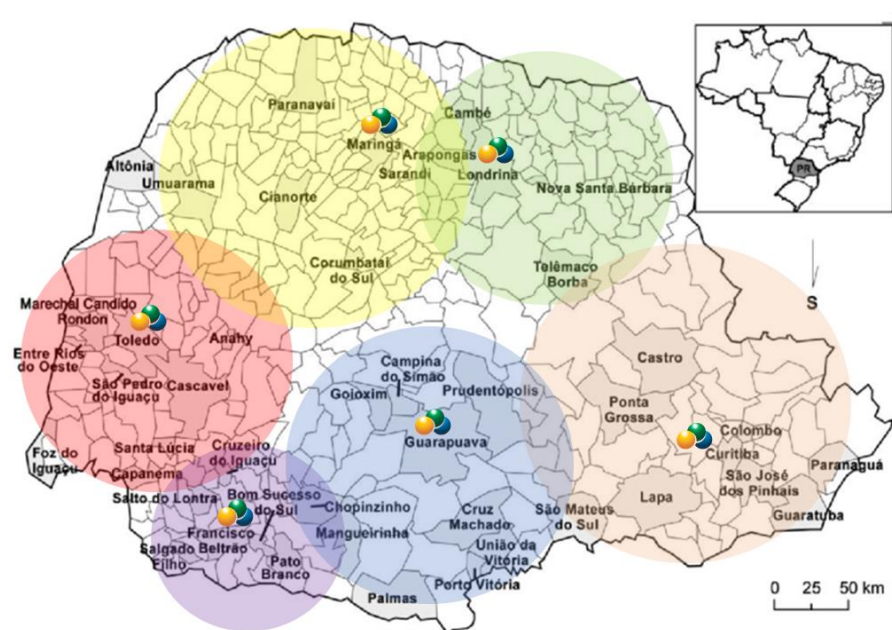
Pelos dados do quadro 1, percebe-se que as operações paranaenses começaram de 2011 em diante, marcadas pelo pioneirismo da região oeste do estado. Destaca-se que a pesquisa sobre a data de início se deu pela observação dos documentos de constituição (estatutos) e que existem informações conflitantes entre documentos do Sebrae, da Sociedade Garantidoras de Crédito Central (SGC Central) e de reportagens de sítios de internet a respeito das datas de criação e operação de algumas das SGC. Feita a constatação, resta dizer que as divergências não alteram sobremaneira os resultados da pesquisa e que prevaleceram as informações da SGC Central ou dos documentos estatutários sobre as demais.

Ponto importante a observar é que cada garantidora, conforme seu estatuto, possui uma região de abrangência, ou seja, há limites territoriais para sua atuação. Segundo Locatelli Júnior (2019):

a proposta inicial do desenvolvimento das SGC, no Paraná, já contava com o apoio do Sebrae, que sugeriu a criação das SGC de maneira que pudesse ser ofertado o serviço de garantia ao maior número de micro e pequenos negócios. Dessa maneira, era fundamental a realização de estudos prévios sobre a distribuição geográfica das SGC, que atendesse ao intento e permitisse a prospecção de parceiros nestas localidades. No Paraná, o Sebrae tem uma grande parceira para ações deste tipo, que requerem capilaridade, por isso a rede da Federação das Associações Empresariais do Paraná- Faciap foi utilizada para a criação das SGC no estado, sem contar que a Faciap é também grande batalhadora por este modelo de mecanismo de garantia. Assim, a união das associações comerciais e a rede local de cada uma delas foi fundamental para o êxito do projeto.

Desta forma, a articulação dessas redes, somada ao apoio do setor público municipal e estadual levou à abrangência que pode ser vista na figura 1.

Figura 1 – Localização e abrangência das SGC no Paraná.



Fonte: Os autores.

Observando o mapa da figura 1, percebe-se que os serviços das SGC estão disponíveis na maioria dos municípios do Paraná, caracterizando uma rede articulada. Interessante notar que em vários dos estatutos analisados, está prevista a possibilidade das SGC obterem associados fora de sua área de abrangência estatutária, desde que esse quantitativo não ultrapasse 10% do número total de associados.

2.2 TIPOLOGIAS SOCIETÁRIAS DAS SGC PARANAENSES

A partir do exame detalhado e profundo de cada estatuto social das SGC do Paraná pode-se construir o quadro 2, que apresenta o tipo societário de cada uma delas.

Quadro 2 – Garantidoras de Crédito no Paraná e suas tipologias societárias.

SGC	TIPO SOCIETÁRIO
Centro Sul	Associação civil de fins não econômicos
GarantiNorte	Associação civil de fins não econômicos (buscará ser OSCIP*)
GarantiOeste	Associação civil de fins não econômicos (buscará ser OSCIP)
GarantiSudoeste	Associação civil de fins não econômicos (buscará ser OSCIP)
GarantiSul	Associação civil de fins não econômicos
Noroeste Garantias	Associação civil de fins não econômicos (buscará ser OSCIP)

Fonte: Os autores. *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

O quadro 2 mostra que a qualificação social de todas as SGC do Paraná é ‘associação civil de fins não econômicos’. Os estatutos das entidades são semelhantes entre si. Entretanto, coincidentemente ou não, nos estatutos das duas últimas SGC criadas (Centro Sul e Garantissul) não há pretensão de que se tornem OSCIP, o que difere das demais.

Locatelli Júnior (2019) afirma que a semelhança apresentada nos estatutos se deve à orientação prestada pelo Sebrae desde o início das operações e que isso foi se modificando a partir das experiências adquiridas e das mudanças de legislação a respeito, ressaltando que a qualificação de OSCIP não é mais pretendida por qualquer das garantidoras, restando, para as mais antigas, ajustes estatutários que reflitam esse desejo.

2.3 CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DAS SCG DO PARANÁ

Existem diversas características que poderiam ser apresentadas e usadas como tentativa de classificação. A partir das informações fornecidas pela SGC Central, foram montados quadros com informações consistentes da maioria das SGC do Paraná. Apenas de uma das seis garantidoras não havia informação consistente². De qualquer maneira, o conjunto de dados representa a maioria das operações e das garantidoras, fornecendo consistência às análises.

2.3.1 FUNDO DE RISCO LIVRE (FRL)

Todas as garantidoras têm seu FRL. Ele é o capital que fato garante as operações. É o valor do qual é retirada certa quantia, em caso de inadimplência e honra perante o fornecedor do crédito (KULFAS, 2009).

Na tabela 1 está o quantitativo total de FRL no Paraná e por SGC. Pode-se perceber também em números a força da região oeste do estado, que apresenta os maiores FRL, sendo que a GarantiOeste tem o maior FRL, em 2018, seguido da Noroeste Garantias. Talvez esse seja um dos motivos que levou à criação da SGC Central na região oeste, na cidade de Toledo, também sede da GarantiOeste, detentora do maior FRL.

Conforme o quadro 3, vê-se que estão disponíveis quase 20 milhões de reais para garantia de crédito no Paraná. Também resta claro compromisso do Sebrae com o tema e com as micro e pequenas empresas, pela participação no FRL de todas as garantidoras paranaenses.

² Até a data do envio para publicação, a SGC Central não informou se somente houve erro técnico ou de fato as informações não estão disponíveis.

Quadro 3 – FRL das garantidoras de crédito paranaenses.

SGC	VALOR DO FRL EM 2018 (R\$)	ORIGEM DO CAPITAL INICIAL
Centro Sul	Não informado	Não informado
GarantiNorte	1.328.109,48	Sebrae
GarantiOeste	11.035.121,96	Sebrae, prefeituras da região, Associação Comercial de Toledo, Biopark
GarantiSudoeste	1.748.939,79	Sebrae
GarantiSul	2.000.739,83	Sebrae
Noroeste Garantias	2.805.745,72	Sebrae, Sicoob Metropolitano, Prefeitura de Maringá, Associação Comercial de Maringá
TOTAL NO PARANÁ	18.918.656,78	

Fonte: Sociedade Garantidora de Crédito Central (2019).

2.3.2 NÚMERO DE OPERAÇÕES E VALOR MÉDIO PRATICADO NAS GARANTIDORAS DE CRÉDITO NO PARANÁ EM 2018

As SCG paranaenses já operam há alguns anos, como pode-se observar no quadro 1. Segundo Locatelli Júnior (2019), o amadurecimento na gestão das SGC ocorreu principalmente nos últimos quatro anos quando começaram a ser colhidas informações semelhantes em cada uma delas, mesmo levando em consideração o contexto de cada uma. Em 2018, ainda segundo Locatelli Júnior (2019), com a criação da SGC Central é que as informações sobre as SGC sem ampliaram para além da base do Sebrae, inclusive com outra ótica.

O quadro 4 apresenta, para 2018, o número de cartas de garantia emitidas pelas SGC do Paraná e seu valor médio.

Quadro 4 – Cartas de garantias e valores médios praticados nas SGC paranaenses (2018).

SGC	CARTAS DE GARANTIA (UN.)	VALOR MÉDIO DAS CARTAS EMITIDAS (R\$)
Centro Sul	Não informado	Não informado
GarantiNorte	347	52.594,51
GarantiOeste	868	46.550,00
GarantiSudoeste	504	20.421,46
GarantiSul	150	57.419,03
Noroeste Garantias	348	37.000,00
TOTAL NO PARANÁ	2.217	42.979,00*

Fonte: Sociedade Garantidora de Crédito Central (2019); *média aritmética

Novamente a região oeste se destaca no cenário, conforme o quadro 4, com mais de 75% das cartas emitidas em 2018. Já na análise do valor médio das operações garantidas, há de se fazer uma ressalva, pois cada garantidora pode ter contratos diferentes com os mesmos parceiros ou suas redes. Por exemplo, a Garantisul pode ter parceria com a cooperativa de crédito Sicoob que garanta 80% do valor da operação; e a GarantiOeste pode também ter o convênio com a mesma cooperativa ou outra da rede Sicoob com percentual de garantia diferente. Além disso, o percentual ainda pode variar de operação para operação. Feita a ressalva, cabe observar que, em 2018, a Garantisul apresenta o maior ticket médio no Paraná e a GarantiSudoeste tem o menor. Isso pode não significar que as empresas da região de abrangência da GarantiSudoeste tomem menos crédito. Provavelmente, o porte das empresas atendidas pela Garantisul seja maior e lhes deem mais condições de acesso a créditos de maior montante. Afirma-se isso empiricamente, pois esta informação não está nos dados recebidos da SGC Central, acreditando que a Curitiba e sua região metropolitana, atendidas pela Garantisul, tem negócios de maior porte que as da região atendida pela GarantiSudoeste, ainda que todos na categoria micro e pequenas empresas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois desta breve análise descritiva, é possível reafirmar que o tema é recheado de oportunidades de pesquisa, já que o tema ainda é pouco explorado no Brasil. Cabe discutir alguns temas adjacentes ao das SGC, com vistas a sugerir uma ampliação do escopo da análise, já que restam atingidos os objetivos da pesquisa, que eram (geral) apresentar aspectos gerais das SGC paranaenses; (específicos) caracterizar as tipologias societárias das SGC paranaenses e sua abrangência geográfica; e classificar as SGC paranaenses de acordo com o valor do fundo de risco livre, valor médio das operações garantidas e número de operações em 2018.

Viu-se, de maneira geral, que o pioneirismo da região oeste do Paraná na iniciativa das SGC também se reflete nos números, especialmente da GarantiOeste, que apresentou o maior FRL e o maior número de operações, ainda ficando com o valor médio das operações mais próximo do valor médio de todas as garantidoras do estado do Paraná.

Por outro lado, a GarantiSudoeste parece ser a que está mais ligada às menores empresas, visto o ticket médio de suas operações. De maneira inversa está a Garantisul, que o maior valor médio paranaense. Deste item pode-se depreender ou calcular a importância dessas organizações para o seu contexto socioeconômico.

Pode-se deixar o questionamento, com resposta a depender de outra pesquisa, sobre a destinação desses créditos, se para investimento ou capital de giro, o que possibilitaria um confronto com o panorama econômico da região atendida pela garantidora e o estado das micro e pequenas empresas frente a este cenário. Outra possibilidade é a inclusão da análise de variações desses indicadores nos anos de 2017 e 2019, para entender seu comportamento frente à economia nacional, buscando identificar alguma (co)relação entre eles.

Apesar dos objetivos deste trabalho serem bastante sucintos e diretos, ele serve como ponto de partida bem específico para a criação de um modelo de análise da realidade das SGC no Paraná e, quem sabe, este mesmo sistema possa ser utilizado para analisar as garantidoras do Brasil. Do aprofundamento e qualificação desta proposta poderá ser criado até mesmo um esquema para comparar as SGC brasileiras às latino-americanas e europeias, sempre guardando as diferenças regionais. Importantíssimo é sugerir que se carreguem variáveis além das econômicas, guardando as questões de sustentabilidade de maneira especial.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Principles for public credit guarantee schemes for SMEs**. Policy Research Working Paper 7753. Washington/DC, WBG, 2016. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/576961468197998372/pdf/101769-REVISED-ENGLISH-Principles-CGS-for-SMEs.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL, Lei complementar 169, de 02 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. 2019. Seção 1, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp169.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

CASTRO, L. H. **Histórico de apoio do Sebrae aos sistemas de garantia de crédito**. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: <http://www.sociedadegarantiacredito.com.br/publicacoes/livros/historico-do-apoio-do-sebrae-aos-sistemas-de-garantia-de-credito>. Acesso em: 10 jul. 2018

CAVINATO, R. A. Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha – Garantiserra: um esquema de garantias misto, público-privado. In: POMBO, P.; ALVIM, P. (Orgs.). **Coletânea Garantias 2014** – parceria Sebrae e Regar. Brasília: Sebrae, 2014. p. 183-200.

FELTRIN, L. E; FERREIRA, E. C. Inclusão financeira: a visão e a atuação do Banco Central do Brasil. In: SANTOS, C. A. **Pequenos negócios**: desafios e perspectivas: serviços financeiros. v. 5. Brasília: Sebrae, 2013. p. 29-37

KULFAS, M. **Los sistemas de garantías como herramienta para el acceso al financiamiento de las PyMEs**: alcances y limitaciones de la experiencia argentina. Lectura 45 (2009). ITF - Iniciativa para la Transparencia Financiera. Disponível em: http://www.itf.org.ar/lectura_detalle.asp?id=45. Acesso em: 02 jul. 2019.

LOCATELLI JÚNIOR. F. **Entrevista sobre as SGC paranaenses**. Curitiba, novembro de 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Evolução do cooperativismo no Brasil**: DENACOOOP em ação. Brasília: MAPA, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=51509&co_midia=2. Acesso em: 14 set. 2018.

NITSCH, M.; KRAMER, D. Garantias de crédito para micro e pequenas empresas: experiências com sistemas entre autoajuda, fomento público e parcerias público-privadas. In: SANTOS, C. A. **Pequenos negócios**: desafios e perspectivas: serviços financeiros. v. 5. Brasília: Sebrae, 2013, p. 233-247. Disponível em: <https://www.lai.fu-berlin.de/homepages/nitsch/garantias19-final-Manfred-Nitsch-e-Dirk-Kramer.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Sebrae). **Análise das informações sobre as Sociedades Garantidoras de Crédito**. (2018) Disponível em: <http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relat%C3%B3rio-SGC-Garantidoras-2018.pdf>

SOCIEDADE GARANTIDORA DE CRÉDITO CENTRAL (SGC Central). **Relatório de atividade das SGC do Paraná**. Toledo, PR, 2019.

SOCIEDADE GARANTIDORA DE CRÉDITO CENTRAL (SGC Central). Disponível em: <http://www.sgccentral.com>. Acesso em: 08 jul. 2019.